

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sita no Beco das Cruzes número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, Zulmira Guterres dos Santos, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, Isabel Fernanda Moura e Sá Costa, Ana Sara Pessoa Sequeira e José Fernando de Almeida Louro.-----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Jorge Manuel Madrugo Garcia.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Catarina Bendito de Medeiros.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Filomena Dias Moreira Lobo, que justificou a sua ausência e foi substituída por Isabel Sá Costa;-----

----- Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ana Sequeira;-----

----- Lourenço Paour Miguel Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Louro.-----

----- Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **Ponto 1 – Período Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----100º aniversário do Prof. Adriano José Alves Moreira-----

----- Adriano Moreira nasceu em 6 de setembro de 1922, em Grijó, Macedo de Cavaleiros, mas a sua ligação à cidade de Lisboa vem do tempo da sua juventude. Completará, portanto, 100 anos de vida este ano. Cresceu na Cidade que o viu crescer e que com ele crescia também. Em Lisboa estudou e se graduou em Direito. Em Lisboa iniciou as suas muito intensas atividades profissional, política e académica. Em Lisboa ensinou e fez Escola e discípulos, que se espalham pelo resto do País e do Mundo. Reconhecido internacionalmente, - foi na Universidade Técnica de Lisboa -, mais tarde fundida com a Universidade de Lisboa, que exerceu muito do seu inovador magistério. Autonomizou, entre nós, o ensino da Ciência Política e das Relações internacionais. Na Capital fundou, ainda que com a ajuda de outros vultos importantes da Cultura e da Ciência Portuguesas, instituições que ainda hoje perduram, como, entre outras, a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, o Instituto Dom João de Castro,



sediado na Freguesia de Belém, celebra durante este ano, 35 anos de existência ao serviço de Lisboa, ainda o Instituto Português da Conjuntura Estratégica. -----

----- Está profundamente ligado à dinamização de outras instituições culturais e científicas de renome, sediadas em Lisboa, e que em muito têm contribuído para a diversidade e elevação da oferta cultural, científica e académica da capital portuguesa, com destaque, por exemplo, para a Academia das Ciências de Lisboa. Em 2008, Adriano Moreira é eleito presidente do Instituto de Altos Estudos (IAE). Nessa qualidade, imprime ao IAE uma nova dinâmica, que se havia perdido, na qual se integraram conferências e colóquios sobre temáticas das mais variadas áreas das humanidades e das ciências exatas e naturais, proferidas e organizadas por académicos e cientistas de renome internacional. -----

----- Adriano Moreira, sempre atento aos fenómenos políticos e sociológicos no mundo globalizado do século XXI e, em particular no seu país, conhecedor da necessidade de dar resposta às novas exigências de articulação das gerações, num movimento dinamizador do IAE criou, em 2010, o Instituto de Estudos Académicos para Seniores (IEAS) com o objetivo de corresponder à necessidade de adaptação contínua dos idosos às mudanças aceleradas da época atual em que os media e a internet aceleram a capacidade de interação e de diálogo. Pouco depois, Adriano Moreira criava, também, o Seminário de Jovens Cientistas. -----

----- Ao criar o IEAS, Adriano Moreira assegura aos seniores uma ligação com o avanço da sociedade da informação e do saber, permitindo que tal grupo populacional se mantenha ativo e participante no acompanhamento dos avanços científicos e tecnológicos, e das mudanças culturais que exigem compreensão intergeracional. -----

----- No campo político desempenhou vários cargos, antes e depois do 25 de Abril de 1974, nomeadamente: -----

Como Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, em 1959, e Ministro do Ultramar, de 1961, até 1963, levou a cabo uma política reformista, que teve como principal marca a abolição do Estatuto do Indigenato (que impedia a quase totalidade dos habitantes das colónias de adquirir a nacionalidade portuguesa) permitindo a esses indígenas aceder à cidadania portuguesa, usufruindo do direito a fixarem-se e circular em todas as parcelas do território nacional e também do acesso à educação. Levou também a cabo a adopção de um Código de Trabalho Rural; criou escolas do Magistério Primário; fundou o ensino superior nas colónias, ao dar início aos Estudos Gerais Universitários, em Angola e Moçambique, o que lhe valeu a oposição de Salazar e conduziu à sua demissão. -----

----- Em democracia, aderiu ao CDS - Centro Democrático Social, sendo seu deputado à Assembleia da República, de 1979 a 1991, tendo exercido o cargo de Vice-Presidente deste órgão. Foi igualmente presidente do CDS de 1986 a 1988 e, interinamente, de 1991 a 1992. Em 2015, foi indicado pelo CDS-PP para o Conselho de Estado, exercendo funções até 2019. -----

----- Pensador. Académico. Político. Intelectual. Defensor dos Direitos Humanos. Doutrinador. Professor. Lisboaeta, sem deixar de ser transmontano, é o exemplo paradigmático da diversidade cultural e regional que tanto caracteriza e enriquece a singularidade de Lisboa. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 30 de Setembro de 2022, delibera: -----

----- Saudar o 100º aniversário do Prof. Adriana Moreira; -----

----- Enviar o presente voto à família e à direção do CDS -----

----- O Eleito do CDS na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior -----”

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que o PCP não votaria a favor essa saudação porque não podiam esquecer Adriano Moreira ministro do regime fascista, que em junho e agosto de 1961 determinou a abertura de dois campos de concentração, um em Angola e outro no Tarrafal. -----

----- Por ali passaram centenas de presos políticos e morreram dezenas. Isso não se podia esquecer. Esses sim deviam ser homenageados e por isso o PCP não iria acompanhar essa saudação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “100º aniversário do Prof. Adriano José Alves Moreira”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (6 PS e CDS-PP), 1 voto contra (PCP) e 3 abstenções (PEV, BE e 1PS/Ind.)-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Saudação** -----

“-----*Saudação à Comunidade Educativa*-----

----- *Uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da Covid-19 foi a Escola Pública, criando um ensino não-presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos e servindo de apoio à comunidade através do acolhimento dos filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais e de acesso a refeições que continuou a fornecer aos beneficiários da acção social escolar.* -----

----- *Após estes tempos conturbados, o regresso ao ensino presencial é hoje um consenso na sociedade portuguesa, tão grande ou maior do que aquele que levou ao seu encerramento. Mesmo sabendo que continuam a existir alguns riscos no regresso, que existam dívidas, pior seria a certeza de uma geração sem educação.* -----

----- *É inegável que a tarefa dos Agrupamentos de Escolas seria facilitada se a Escola Pública estivesse apetrechada com docentes mais jovens, se não existisse na cidade de Lisboa falta de professores e existisse um reforço da contratação de professores, através da valorização da pouco atractiva carreira docente e um plano do Governo que permitisse a redução do número de alunos por turma, bem como a contratação de mais assistentes operacionais, administrativos, auxiliares e vigilantes.* -----

----- *A pandemia mostrou que o investimento na Escola Pública, além de um desígnio, deve ser uma prioridade nacional.* -----

----- *Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em 30 de Setembro, delibere:* -----

----- *1. Saudar a mobilização e o empenho da Escola Pública, demonstrando, uma vez mais, o seu papel essencial no cumprimento dos ideais democráticos da igualdade e da justiça social;* -----

----- *2. Saudar os professores e as professoras, os profissionais não-docentes, as alunas e os alunos e as suas famílias pelo esforço colectivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da Escola Pública;* -----

----- *3. Declarar o compromisso desta freguesia na defesa da Escola Pública e no apoio às reivindicações junto do Ministério da Educação de todos os Agrupamentos de Escolas para enfrentar os desafios de mais um ano lectivo;* -----

----- *4. Saudar toda a Comunidade Escolar da nossa Freguesia pelo empenho e capacidade de adaptação já demonstrados;* -----

----- *5. Expressar um voto de confiança a toda a Comunidade Escolar da nossa Freguesia, que saberá enfrentar, com determinação e sucesso, os complexos desafios expectáveis no ano lectivo de 2022/2023;* -----

----- 6. Dar conhecimento desta Saudação às Direcções dos estabelecimentos de ensino público da Freguesia de Santa Maria Maior; -----

----- 7. Dar conhecimento desta Saudação às Associações de Pais dos estabelecimentos de ensino da Freguesia; -----

----- 8. Dar conhecimento desta Saudação a todas as Associações de estudantes dos estabelecimentos de ensino da Freguesia; -----

----- 9. Dar conhecimento a toda a Comunidade da freguesia através dos meios de comunicação da Junta de Freguesia. -----

----- Lisboa, 30 Setembro 2022 -----

----- Os Eleitos da CDU - Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Saudação “Saudação à Comunidade Educativa”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** apresentou o seguinte documento: -----

----- Moção -----

----- “----- *Fim dos voos noturnos em Lisboa* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *No passado mês de Agosto foi tornada pública a intenção do Governo de autorizar voos noturnos sem limites no Aeroporto Humberto Delgado, durante 43 dias, no período compreendido entre 18 de outubro e 29 de novembro.* -----

----- *Para além da gravidade da decisão anunciada, que, a confirmar-se, seria susceptível de prejudicar a saúde, a tranquilidade e a segurança de centenas de milhar de pessoas, expostas a níveis de ruído insalubres e em violação dos limites legais, não pode deixar de justificar um reparo crítico a decisão do governo de remeter para o mês de agosto, período coincidente com as férias da maioria da população, o período de consulta pública desta medida, dificultando a participação dos interessados e até mesmo a tomada de conhecimento da medida em causa.* -----

----- *O ruído aeroportuário causa nas populações afetadas distúrbios no sono, aumenta o risco de doenças cardiovasculares e reduz a capacidade de aprendizagem das crianças, produzindo graves consequências na saúde e na qualidade de vida dos cidadãos.* -----

----- *Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 30 Setembro, delibere:* -----

----- 1. *Manifestar ao Governo o mais veemente repúdio e a firme rejeição da proposta de autorizar voos noturnos sem limites no Aeroporto Humberto Delgado, ainda que com carácter temporário, porquanto considera ser esta uma decisão profundamente lesiva da saúde, da tranquilidade e da segurança da população;* -----

----- 2. *Instar o Governo a respeitar compromissos anteriormente assumidos no sentido de assegurar a inexistência de voos no período noturno no Aeroporto Humberto Delgado, nos termos já anteriormente propostos pela Câmara Municipal de Lisboa, pondo fim ao atual regime excepcional;* -----

----- 3. *Dar conhecimento desta posição ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Autoridade Nacional da Aviação Civil.* -----

----- Lisboa, 30 Setembro 2022 -----

----- Os Eleitos da CDU - Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** anunciou que iria votar contra a proposta e por duas razões muito simples:-----

----- Morava no corredor de acesso à pista número dois do aeroporto e, com sinceridade, não ouvia sequer nenhum avião a entrar ou a sair da pista, mas entendia o que identificavam e a democracia era feita de diversidade de opinião. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Fim dos voos noturnos em Lisboa”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria, com 9 votos contra (PS e CDS-PP) e 3 votos a favor (PCP, PEV e BE)** -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *A Caixa Geral de Depósitos é uma instituição bancária pública que deve estar ao serviço do povo e do País* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *A administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) encerrou recentemente 9 balcões na cidade de Lisboa;* -----

----- *A política de encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos é inaceitável. Desde 2017 a CGD encerrou na cidade de Lisboa cerca de 30 balcões, traduzindo-se na perda de postos de trabalho e num grave prejuízo para a população em geral, vindo diminuído o serviço público de proximidade prestado pelo banco público português; --*

----- *A estratégia de crescimento de lucros na CGD está a passar também pela redução de trabalhadores e o encerramento de balcões que são fundamentais para as populações, principalmente em zonas da cidade com grande concentração de pessoas idosas, com dificuldades de locomoção e sem uma rede de transportes públicos satisfatória. De notar que alguns destes balcões cobrem extensas áreas de bairros e freguesias;*-----

----- *Com esta política do governo e da Administração da CGD de encerramento de balcões na cidade fomenta-se um agravamento no dia-a-dia dos cidadãos, obrigando-os a deslocarem-se muitas vezes a freguesias vizinhas para a realização das mínimas operações bancárias mensais;* -----

----- *A CGD é uma instituição bancária pública que deverá estar ao serviço do Povo e do País, tendo o governo do PS a obrigação de levar a cabo uma gestão identificada com o interesse público e no provimento das necessidades das populações;* -----

----- *As opções do Governo PS demonstram uma desvalorização do banco público português, ao mesmo tempo que transfere milhões para salvar a banca privada;* -----

----- *As sucessivas tentativas de encerramento de serviços públicos, como aconteceu também em Lisboa com os CTT e as esquadras da PSP, e com a CGD, constituem um ataque aos direitos das populações e um forte contributo para a sua expulsão dos bairros tradicionais de Lisboa, deixando-os cada vez mais envelhecidos e descaracterizados;* -----

----- *É fundamental travar esta nova vaga de encerramentos, exigindo que o dinheiro que existe para resolver os problemas de outras instituições bancárias privadas seja canalizado para que a CGD concretize um dos seus objectivos primordiais: servir as populações.* -----

----- *Assim, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, na sua sessão de 30 de Setembro, propõem deliberar:* -----

----- *1. Manifestar o seu apoio à luta da população de Lisboa que legitimamente se indigna e se mobiliza em defesa dos seus direitos e do serviço público bancário na nossa cidade;* -----

----- *2. Considerar inaceitável a política de encerramento de balcões da CGD e o despedimento de trabalhadores que está associado a essa política;* -----

----- 3. Instar o governo e a administração da CGD a reverter esta política e a ter em conta os interesses da população de Lisboa; -----

----- 4. Solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro que, através do Sr. Ministro das Finanças, interceda junto da administração da Caixa Geral de Depósitos no sentido de ser revertido o encerramento destes balcões em Lisboa; -----

----- 5. Remeter a presente moção para o Primeiro-Ministro, Administração da CGD, Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos, Comissão de Trabalhadores da CGD, CGTP-IN. -----

----- Lisboa, 30 Setembro 2022 -----

----- Os Eleitos da CDU - Maria de Lurdes Pinheiro e Hugo Duarte ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a Moção “A Caixa Geral de Depósitos é uma instituição bancária pública que deve estar ao serviço do povo e do País”, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 11 votos a favor (PS, PCP, PEV e BE) e 2 votos contra (PSD e CDS-PP) -----

----- Continuando, disse que em conversa com a eleita do PSD tinha recebido a indicação que pretendia fazer a apresentação de um documento que teria sido distribuído mas como estavam a caminho não o viram. -----

----- Pedia que depois o apresentasse para ser aceite, porque ele não foi distribuído dentro do período normal que estava definido no Regimento. -----

----- Membro Sandra Gadanho (PSD) disse que por lapso houve um erro nesse documento. Gostava de o corrigir mas não tinha ali os meios para fazer essa correção. Se não fosse possível ficaria para outra oportunidade mas podia dizer oralmente que a intenção do voto de pesar era porque até dia 6 de outubro não teriam outra Assembleia de Freguesia e a intenção do PSD era fazer um voto de pesar pelo aniversário da morte de Amália Rodrigues. -----

----- Se lhe permitissem iria ler, mas como continha um erro preferia não entregar o documento e entregar posteriormente. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que o documento tinha entrado fora de prazo mas todos iriam subscrever, porque a Amália e o fado era algo emocional e que tocava muito a todos. -----

----- Iriam prescindir da leitura. Caso houvesse alguma oposição ficaria agendado para a Assembleia seguinte. -----

----- Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP) disse que mesmo havendo um erro gostaria de saber os considerandos, no fim de contas saber o que iriam aprovar. Se a colega tivesse consigo e lesse essa parte que não era passível de ser alterada, seria melhor. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que tinha uma informação que talvez pudesse ajudar, uma vez que o Executivo não participava na discussão e na votação desse tipo de votos. -----

----- Era intenção vir a solicitar uma Assembleia de Freguesia extraordinária ainda no mês de outubro. Não era a primeira vez que noutras Assembleias votavam votos de pesar de datas que já ocorreram, desde que estivessem em cima da efeméride. Talvez isso pudesse ser levado em consideração. -----

----- Membro Sandra Gadanho (PSD) disse que então nessa Assembleia de Freguesia entregaria com a devida antecedência o documento. -----

----- Membro Hugo Duarte (PEV) disse que tinha sido enviada uma recomendação no dia anterior, não sabia se ainda chegou a tempo. Caso tivesse chegado gostaria de poder muito sucintamente apresentá-la e eventualmente submetê-la à votação. Intitulava-se “Recomendação para a criação de uma residência universitária em Santa Maria Maior”.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não tinha identificação dos serviços de ter recebido. Se estava distribuída o erro seria seu, por vezes os telemoveis não trabalhavam como se queria. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que considerava pertinente a apresentação de uma recomendação sobre essa matéria, uma vez que era um problema crónico em Lisboa e que se tinha agravado cada vez mais, fruto também da especulação imobiliária, dos aumentos de preços no mercado de arrendamento. -----

----- Todos os dias constatavam notícias da dificuldade dos estudantes universitários em encontrar alojamento digno e a preços comportáveis em Lisboa, sendo que essa situação já nem se circunscrevia apenas a Lisboa e já contagiava os concelhos limítrofes. -----

----- Era um problema grave não só do ponto de vista social, mas era também um problema grave do ponto de vista económico, até mesmo financeiro, tendo em consideração que estavam na maior parte dos casos perante situações de utilização informal de frações ou parcelas de frações. Já nem se cingiam aos quartos, como foi noticiado já havia estudantes alojados em despensas a 300 euros por mês, em situações onde não havia recibos, não havia contratos. Tudo isso comportava uma evasão fiscal massiva e também por esse prisma era importante que alguma coisa fosse feita. -----

----- Entendia-se que não era possível essa situação continuar a ocorrer sem uma intervenção ativa por parte dos municípios e também das próprias juntas de freguesia. Era um problema que provavelmente exigia o mesmo tipo de resposta que uns anos atrás mobilizou a sociedade para a erradicação de barracas, para um investimento público ao nível da habitação social para se lidar com um grave problema como era o da proliferação dos bairros de lata. -----

----- Estava-se perante uma situação de crescente emergência social também nesse domínio e era por isso que se lançava o repto para que a Junta de Freguesia diligenciasse junto da Câmara Municipal de Lisboa, junto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para que fosse equacionada, pelo menos pensada a possibilidade da criação de uma rede municipal de residências universitárias. -----

----- De momento a cidade não tinha oferta pública e era importante que os municípios e as juntas de freguesia, principalmente aquelas onde existia património municipal devoluto, tivessem uma ação concreta de mobilização dos poderes públicos para que isso pudesse ser uma realidade. -----

----- Residências universitárias municipais era um caminho possível e era importante que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior também fizesse um esforço para que isso pudesse ser realidade na Freguesia. Tinham o ISPA, tinham muito próximo a Faculdade de Belas Artes e a Universidade de Medicina da Universidade Nova. Nessas três situações concretas havia estudantes deslocados, que viviam situações dramáticas do ponto de vista do alojamento. -----

----- Ficava o repto para que a Junta de Freguesia fizesse esse trabalho de diálogo e de pressão junto da Câmara e junto do Ministério. Solicitava-se o envio de cópia da recomendação para a CML, bem como para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que sem prejuízo da iniciativa, era sempre salutar a intenção, mas não esquecer que havia um projeto aprovado e havia um projeto de 15 mil camas no antigo edifício do Ministério da Educação na Avenida 5 de Outubro destinadas a residência de estudantes. -----

----- Entretanto estava-se a fazer a Carta Municipal da Habitação, onde se incluíam também zonas de equipamento em PDM, zonas específicas onde não se podia construir habitação mas podia-se construir equipamentos. Havia várias tentativas e era um

trabalho conjunto que se estava a fazer com o Executivo da Câmara, também com a oposição. Havia propostas que tinham sido debatidas. -----

----- A preparação do Conselho Municipal da Habitação tinha a participação de todas as forças políticas e da sociedade civil, pessoas que intervinham nessas áreas. Era muito complicado e era preciso alguma escala para que os projetos fossem sustentáveis. -----

----- As tais 15 mil camas eram obra do Estado Central. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que queria apenas acrescentar estarem perfeitamente cientes que os projetos existentes eram do Estado Central. A questão que lançavam era também ser importante porventura haver projetos de escala municipal, da mesma forma que havia bairros municipais com inquilinos da CML. Replicar esse modelo, adaptável ao conceito do alojamento para estudantes universitários aproveitando o conhecimento já prático por parte do Município de Lisboa na gestão desses bairros camarários. Assumir também uma responsabilidade enquanto Município para com os estudantes das faculdades que na Cidade de Lisboa tinham tanta dificuldade em encontrar alojamento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Assembleia era soberana e decidia, o Executivo da Junta ouvia, mas uma vez que a recomendação também era à Junta e não conhecia o texto, que a intenção era certamente generosa, mas também queria reservar uma posição do Executivo da Junta que era, apesar de tudo, uma recomendação à Junta que a Junta não teve oportunidade de debater até com a força política maioritária que a suportava. -----

----- Podiam dizer que o problema era seu e aceitava perfeitamente, mas sentia-se um pouco desconfortável em que se pudesse tomar uma decisão que implicava a Junta sem a Junta ter tido prévio conhecimento. -----

----- Era apenas isso que queria deixar. Não queria perturbar os trabalhos mas queria salvaguardar a posição do Executivo, era uma recomendação que estava no escuro. Lendo-a poderia porventura haver motivos para entender ou sugerir que se rejeitasse, ou não, como em grande parte das recomendações e moções que foram quase todas aprovadas por unanimidade. -----

----- Sentia-se desconfortável com essa situação em concreto. Apenas isso e mais nada. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que só percebia que as pessoas não tivessem recebido porque foi enviado tarde, por volta de uma hora da manhã. -----

----- Tinha enviado para o mail pessoal do Presidente e dado conhecimento a todos os elementos, incluindo o Luis Coelho, que não era eleito mas já pensando que faria chegar a quem de direito. Portanto, toda a gente recebeu, só não recebeu se não foram ver. Isso era outra questão. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que havia dois problemas. Um era facilmente ultrapassável porque todas as pessoas identificavam que tinham e no seu caso não tinha. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que se não tinha não percebia porquê. Havia um assessor direto... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que isso não estava colocado em causa e havia duas maneiras de ultrapassar esse processo. Uma era aceitar o documento, embora tivesse sido enviado fora de horas e havia essa legitimidade, mas para isso precisava da opinião da maioria das pessoas presentes. -----

----- (Após auscultar a Assembleia, informou que o documento passaria para a próxima reunião de outubro, na data que viesse a ser identificada.) -----

----- Ficava assumido que havia dois documentos, o voto de pesar sobre a Amália e esse documento. Os outros já não seriam aceites porque não decorriam da deliberação da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que tinha uma questão para o Senhor Presidente Miguel Coelho, se por acaso tinha alguma atualização através da Câmara sobre o concurso da Praça do Martim Moniz. Se por acaso tinha recebido mais alguma informação que pudesse partilhar sobre os concursos que iam ser abertos em julho.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** informou que a Assembleia de Freguesia seria marcada para o dia 17 de outubro.-----

----- A pergunta era oportuna. A Senhora Vereadora do urbanismo tinha reunido com a Junta sensivelmente um mês atrás para dar conta que tinha sido encerrada a primeira fase de consulta pública, aliás realizada toda durante o mandato do anterior Executivo, e que se iria partir para uma segunda fase de consulta pública tendo já em conta os parâmetros definidos na primeira fase. Depois disso seguia-se o concurso público internacional para apresentação de projetos.-----

----- Reconhecia que havia sempre uma margem de erro, porventura até a Senhora Vereadora foi demasiado generosa em querer partilhar com a Junta uma previsão temporal, mas que daí a um ano estaria em condições de lançar mesmo concurso para o projeto em concreto. Logo vieram, era um processo que não controlavam, apenas participavam enquanto Junta de Freguesia procurando influenciá-lo, mas era um projeto que estava completamente fora do controlo da Junta do ponto de vista da execução de timings e definição de prioridades. Ficava esperançado que dessa vez fosse mesmo.----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que tinha uma intervenção dirigida à Mesa da Assembleia de Freguesia, mais uma declaração em relação a continuarem a não votar o Regimento do mandato. Já fazia quase um ano em que esse assunto era adiado e continuavam sem votar o Regimento.-----

----- Na última conversa que tiveram essa situação estava pendente devido ao ponto que o BE apresentou em relação à gravação e transmissão das Assembleias por vídeo e ficaram a aguardar novidades em relação a um orçamento para esse custo.-----

----- Deixava na Assembleia o testemunho de que várias Freguesias decidiram avançar por uma questão de transparência e proximidade para a gravação e transmissão das Assembleias. Algumas optavam por contratar empresas profissionais, como era o caso da Freguesia de São Vicente. Freguesias como o Beato compraram equipamento profissional para poderem fazer essa transmissão e Freguesias como Benfica e Santa Clara usavam se calhar equipamentos mais rudimentares, como tablets ou computadores.-----

----- Todas elas tentavam usar os meios que tinham ao seu dispor para encontrar uma solução para implementar uma medida que parecia estar mais dependente da vontade política para que efetivamente acontecesse.-----

----- O BE solicitava à Mesa da Assembleia de Freguesia que marcasse a votação do Regimento e que fizesse aprovar ou recusar a proposta do BE.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que tinha a informação de ainda não terem recebido os orçamentos necessários para fazer a avaliação. Iria solicitar prioridade.-----

----- Face às vinte e quatro Freguesias, tinha identificado cinco onde, de acordo com o relato, existia. Conhecia alguns dos Presidentes e iria perguntar pessoalmente se lhe davam o contacto das empresas para depois avaliarem se era adequado ou não fazer esse investimento.-----

----- Sobre a transparência, trabalhavam com aquilo que estava definido na Lei. A porta estava aberta e nunca houve nenhum nível de impossibilidade. Não era a transmissão via internet que aumentava ou diminuía, mas percebia o argumento e tinham que resolver o mais rapidamente possível. Agradecia a intervenção e o alerta.-----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que na última Assembleia tinha ficado definido estabelecer um prazo, que seria a próxima Assembleia e que caso não houvesse orçamento passariam à votação do Regimento.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se quisessem fazer a votação, se era a proposta que estava a ser feita, teria que colocar... a transparência também se fazia da assunção das responsabilidades das palavras.-----

----- Se a proposta que estava a ser feita era para passarem à votação, não tinha nenhum problema em o fazer.-----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que a intenção era simplesmente salientar que foi definido um prazo e que seria votado na próxima Assembleia mas via-se que não foi apresentado na ordem de trabalhos. Não estava a solicitar que fosse, simplesmente estava a identificar que não foi cumprido o combinado na última Assembleia e que deveria estar na ordem de trabalhos mas não estava. Ficava a aguardar que estivesse numa próxima.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que ficava a censura escrita na ata, que era para isso que servia.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que caso o Executivo estivesse em condições de responder de imediato às questões a palavra seria dada, caso não estivesse os dados ficavam registados em ata e serviam depois para enviar a resposta por escrito.-----

----- **Freguesa Guida Preto** fez a seguinte intervenção:-----

----- *"Boa tarde. Eu sou a Guida Preto, moro no Beco do Surra, sou freguesa aqui da Junta e neste momento não consigo dormir por causa do barulho das esplanadas, principalmente as esplanadas ilegais que estão abertas até às quatro da manhã e ninguém faz nada.*-----

----- *Para além das esplanadas há a problemática do alojamento local, que também não deixa dormir até às quatro da manhã.*-----

----- *Isto sim um problema da Freguesia e em particular dos bairros históricos, em que os fregueses, os poucos que ainda resistem, têm que enfrentar todas as noites e não há ninguém que se chegue à frente para conseguir resolver este problema que é mesmo sério, ao ponto de porem em causa a nossa saúde mental.*-----

----- *Eu posso referir que estou de baixa médica já quase há um ano. A minha profissão é um trabalho mental, eu sou professora universitária do Técnico, preciso estudar e faço investigação também, preciso preparar aulas, preciso corrigir testes, preciso de fazer uma série-de-trabalho de casa e não-o posso fazer. Aliás, nem posso dormir, não posso descansar porque eu moro, como disse, no Beco do Surra junto à Rua dos Remédios.*-----

----- *A Rua dos Remédios é neste momento um novo Bairro Alto e até às quatro da manhã não posso dormir. Já para não falar do barulho e da imundície que é, que vem com as esplanadas. A minha porta é uma imundície, é tudo o que possam imaginar. Estão lá a urinar, a defecar, a vomitar, inclusivamente têm relações sexuais na minha porta, deixam-me soutiens pendurados, deixam-me preservativos na porta e não posso fazer nada.*-----

----- *Eu já tentei por várias vezes sair às três ou quatro da manhã à porta, ralhar, discutir, pedir, implorar que eles se vão embora. Não adianta, porque são pessoas bêbedas. Como é que é possível falar com pessoas bêbedas?*-----

----- *Eu não sei o que é que posso fazer para resolver esta situação.*"-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que sabia o que se estava a dizer, quase todos os que viviam ali ou já viveram sentiam que correspondia à verdade.-----

----- Pedia ao Executivo da Junta, mesmo que não tivesse resposta, para fazer a denúncia pública na Assembleia Municipal e pedir a intervenção da Polícia Municipal de Lisboa e do Executivo da Câmara.-----

----- Havia problemas e processos em que não interessava a côr política, interessava resolver os problemas de quem estava e, mesmo quando não conseguiam a decisão, pelo menos perceber-se que faziam tudo o que estava ao alcance para concretizar.-----

----- **Freguesa Guida Preto:**-----

----- *“Há esplanadas que são legais, estão legalizadas em passeio de 50 centímetros de largura. Não percebo como é que é possível...”*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não eram legais.-----

----- **Freguesa Guida Preto:**-----

----- *“Estão legais. Peço desculpa, posso-lhe dizer inclusivamente o número de uma loja que tem esplanadas, tem uma esplanada, tem mesas lá, tem vasos, tem cadeiras até penduradas nas paredes e o que me disseram é que estavam legais.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que admitia não estarem legais porque até à hora identificada era impossível haver licença de funcionamento, mas o Senhor Presidente da Junta de Freguesia...-----

----- **Freguesa Guida Preto:**-----

----- *“É porque eu telefono todos os dias para a Polícia Municipal, vão lá, autuam ou não sei, o que é certo é que elas não saem de lá.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer a intervenção, até porque lhe dava oportunidade. Estava solidário com a freguesa e se alguém se tinha chegado à frente nessa matéria era o Presidente da Junta desde que fora eleito pela primeira vez. -

----- A Junta tinha uma doutrina, toda a vida noturna devia, tirando as casas de fado, encerrar às vinte e três horas. Toda aquela que implicasse barulho na rua deveria encerrar às vinte e três horas durante a semana e aos fins-de-semana ou vésperas de feriado até às vinte quatro horas. Era a posição da Junta sobre essa matéria.-----

----- Infelizmente não tinham na legislação competências próprias para poder intervir, não tinham autoridade legal para poder intervir. Não podiam definir horários, não podiam proibir. Quando verificavam uma situação de incumprimento comunicava-se à Polícia Municipal, que com as dificuldades que teria ou não teria ia ou não ia, ou chegava e não se deparava com a situação. Havia um conjunto muito vasto de problemas.-----

----- O que podia dizer era que uma parte da Rua dos Remédios não estava na Freguesia, mas na componente da Freguesia não havia nenhuma esplanada licenciada, a não ser lá em baixo a esplanada da Dona Lina, que com as mesas encostadas sobravam 80 centímetros, o mínimo que o regulamento dizia para as pessoas circularem. Não havia mais nada licenciado.-----

----- Elas estariam lá porque estavam ilegais, não estavam licenciadas pela Junta. A Junta não tinha receita nenhuma daquelas esplanadas, não se cobravam licenças, estavam lá ilegais.-----

----- O que aconteceu para ali como aconteceu para a Mouraria, etc, foi que durante o período da pandemia, em que estiveram em causa centenas para não dizer milhares de empregos de pessoas simples, a maior parte delas sem qualificações académicas e que só podiam trabalhar nessa área, de facto houve uma atitude de compreensão para com algumas dessas situações e a colocação de mesas na rua, desde que não se ultrapassassem as vinte e três horas durante a semana e as vinte e quatro horas nas vésperas de domingos e feriados.-----

----- Ter alguma compreensão não era para aceitar a devassa nessa rua, em tantas outras, por exemplo onde morava a Cláudia Vieira, onde tivera que intervir várias vezes e pedir para irem à polícia. Em tantos outros sítios, na Rua de São Cristovão, por aí adiante. ---

----- De facto havia um problema na Freguesia, aquilo a que chamava “bairro altização da Freguesia de Santa Maria Maior”. Só podia ser resolvido primeiro com a vontade política da Câmara Municipal e as declarações que tinha ouvido até ao momento não eram as mais felizes. -----

----- Também não achava que a anterior Câmara tivesse a melhor atitude face a esse problema. Enquanto autarca não estava preocupado com a côr partidária. Apesar de tudo havia anteriormente o início da perceção do problema. O que ouvia agora das declarações por parte do Vereador responsável era uma demissão de responsabilidade, que não se podia controlar. -----

----- Depois foi criada uma linha de ruído que era uma ficção, porque era a Polícia Municipal, que já existia e para onde toda a gente telefonava. -----

----- Isso só se resolvia com Polícia Municipal na rua e intervenção no momento de fechar, retirar as mesas, apreender. Nalgumas circunstâncias já se tinha feito isso, mas faziam isso se a Polícia Municipal quisesse acompanhar, porque a Freguesia não era uma entidade musculada no sentido legal. Se um fiscal da Junta pedisse a identificação a uma pessoa, a pessoa podia-se recusar a ser identificada. Só mesmo a polícia tinha capacidade para identificar cidadãos. -----

----- Era um problema complexo, difícil, que porventura punha em causa dois modelos de interpretação sobre o que devia de ser uma cidade. Havia um modelo liberal ou neo-liberal, em que tudo era permitido à livre iniciativa e cada um fazia aquilo que queria. Havia um modelo que reconhecia o papel crucial da iniciativa privada mas era preciso controlar e estabelecer os limites e os parâmetros pelos quais se inseria. -----

----- Não achava que devia fechar tudo e não haver vida noturna, era essencial para a cidade, criava muito emprego, mas era preciso controlar, ter regras claras e uma entidade fiscalizadora que só podia ser policial e que em cima do momento atuasse e pudesse impedir que essas situações se desenvolvessem. -----

----- Era um problema e não só aí, também da Rua do Vigário chegavam notícias de que a situação estava a complicar, como de muitos outros sítios. Esperava que brevemente houvesse um salto qualitativo nessa matéria. Foi eleita na Assembleia Municipal uma comissão para estudar essa questão. -----

----- Já tivera oportunidade de falar três vezes pessoalmente com o Senhor Presidente da Câmara, foram reuniões muito agradáveis do ponto de vista pessoal, era uma pessoa bem educada e muito dialogante, uma pessoa até cativante, mas a análise política que fazia era que ele não queria decidir essas coisas e era contra a sua filosofia política. Ele achava que devia ser tudo livre e cada um fazer o que queria mas no seu caso não achava nada disso. Respeitando as liberdades tinham que sopesar as liberdades de cada um e estabelecer uma hierarquia de direitos. -----

----- Enquanto Presidente da Junta, na sua hierarquia de direitos, estava sempre em primeiro lugar ao lado dos residentes se não conseguisse conciliar interesses. -----

----- Percebia o comerciante, que era um interesse legítimo, queria ganhar dinheiro e quanto mais tarde melhor para ele, o residente queria ter sossego e quanto mais cedo melhor. Tinha que se encontrar um ponto de equilíbrio que permitisse conciliar dois interesses que poderiam ser contraditórios. -----

----- A postura da Junta, daquilo que dependia da Junta, tudo aquilo que eram atividades de rua noturna deviam encerrar às vinte e três horas durante a semana e às vinte e quatro horas de sábado para domingo e nas vésperas de feriado. Infelizmente não era isso que estava no regulamento de ruído da cidade e teriam que conseguir alterar esse

regulamento, mas as Freguesias não eram todas iguais e infelizmente havia Freguesias que não tinham vida noturna e conviviam bem com isso.-----

----- Estava atento. Não podia dizer quais seriam os primeiros passos que queria fazer em relação às questões em concreto, porque estaria a avisar do que podia vir a acontecer. Tinham-lhe chegado muitos relatos sobre esse tipo de situações que estavam a ocorrer e a única coisa que dizia era que dependia da Polícia Municipal para intervir nessa matéria e da vontade da Câmara para se intervir. -----

----- Não podia intervir diretamente mas não perdia nunca uma oportunidade de denunciar essa situação, tal como a Senhora tinha feito muito bem em ir ali denunciar essa situação.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, independentemente das démarches do Senhor Presidente da Junta, quando aprovassem a ata da reunião iria solicitar que parte do extrato da ata fosse enviada a todos os Vereadores e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, bem como ao Comandante da Polícia Municipal de Lisboa. -----

----- Podia não servir de muito mas servia para sentir que todos podiam viver no Beco do Surra, sentiam e percebiam aquilo que estava a ser transmitido. Não havia partidos nem opiniões divergentes, sentiam todos aquilo que era dito e não podiam permitir que isso acontecesse. No dia em que se calavam sobre o vizinho, quando fosse na própria porta ninguém ia estar lá para poder ajudar. -----

----- Agradeceu a frontalidade e a oportunidade dada para todos conhecerem essa situação. -----

----- **Ponto 2 – Aprovar as Atas nº 6 e 7;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata número 6, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a Ata número 7, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 3 – Aprovar a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegações de competências e o respetivo apoio financeiro no âmbito do desenvolvimento das AAAF-atividades de animação e apoio à família e da CAF- componente de apoio à família para os 2 anos letivos entre 2022 e 2024, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas i) a o) do nº 1 do artigo 16º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e submeter a autorização da Assembleia de Freguesia, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da referida Lei. (Proposta nº 73/2021-2025)** -----

----- **Ponto 4 – Aprovar a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegações de competências e o respetivo apoio financeiro no âmbito do desenvolvimento das AEC-atividades de enriquecimento curricular para os 2 anos letivos entre 2022 e 2024, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas i) a o) do nº 1 do artigo 16º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e submeter a autorização da Assembleia de Freguesia, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da referida Lei. (Proposta nº 74/2021-2025)** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que um era para os CAFs e outro era para os AECs, no seguimento daquilo que acontecia todos os anos quando se tratava de renovar esses protocolos. Eram exatamente os mesmos termos e significava poderem estar em condições, aprovado na Assembleia de Freguesia, de executar o programa e recebendo a devida contrapartida financeira. -----

----- Não se alterou o que ia de trás e o que sempre foi todos os anos.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegações de competências e o respetivo apoio financeiro no âmbito do desenvolvimento das AAAF-atividades de animação e apoio à família e da CAF-componente de apoio à família para os 2 anos letivos entre 2022 e 2024, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas i) a o) do nº 1 do artigo 16º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e submeter a autorização da Assembleia de Freguesia, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da referida Lei. (Proposta nº 73/2021-2025), tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Submeteu à votação a celebração com o Município de Lisboa de um contrato de delegações de competências e o respetivo apoio financeiro no âmbito do desenvolvimento das AEC-atividades de enriquecimento curricular para os 2 anos letivos entre 2022 e 2024, bem como aprovar a respetiva minuta, nos termos das alíneas i) a o) do nº 1 do artigo 16º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e submeter a autorização da Assembleia de Freguesia, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da referida Lei. (Proposta nº 74/2021-2025), tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Submeteu à votação a Ata em Minuta relativa às deliberações acabadas de tomar, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Continuando; referiu que o Senhor Presidente da Junta sugeriu a passagem do ponto 5 para o fim.-----

----- Ponto 6 - Autorizar, nos termos das, nos termos das alíneas i) a o) do nº 1 do artigo 16º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de um aditamento, conforme a minuta, ao contrato de delegação de competências no âmbito do Fundo de Emergência Social e Recuperação de Lisboa em vigor com o Município, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da referida Lei.-----

----- O Senhor Presidente da Junta explicou que esse aditamento tinha a ver com o caminho que a Câmara decidiu, não havia objetivamente nenhuma crítica, acrescentar ao FES-Famílias também a componente do apoio alimentar. Isso tinha que ser revertido em aditamento, não só para justificar a transferência de verbas, mas também os compromissos das Juntas de Freguesia. Respeitava a isso e mais nada?-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação "Autorizar, nos termos das, nos termos das alíneas i) a o) do nº 1 do artigo 16º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de um aditamento, conforme a minuta, ao contrato de delegação de competências no âmbito do Fundo de Emergência Social e Recuperação de Lisboa em vigor com o Município, nos termos das alíneas g) a j) do nº 1 do artigo 9º da referida Lei", tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Submeteu à votação a Ata em Minuta relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- Ponto 5 - Apreciar a informação escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

----- Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP) disse que tinha várias questões para levantar e iria ler para ser mais fácil:-----

----- "Meios de Mobilidade-----

----- Nos últimos anos assistiu-se em Lisboa, à utilização progressiva de novos meios de mobilidade partilhada, como por exemplo os tuk-tuk, as trotinetes, ou as bicicletas. Todos estes meios afluíram à Cidade sem a implementação dos respectivos instrumentos legais e regulamentares necessários à sua correcta utilização. Há uma

utilização totalmente desregrada, em que a circulação, o estacionamento o abandono do veículo é feito em qualquer local, sem respeito pelos peões e pelo espaço público. -----

-----Recentemente, a PSP divulgou um relatório que sublinha o número crescente de acidentes envolvendo veículos de mobilidade partilhada. -----

----- Gostaríamos de informação sobre quais as acções desenvolvidas por parte da Junta de Freguesia de Santa Maria junto da CML, com vista à resolução deste problema que afecta moradores, comerciantes e visitantes. -----

----- Fogos Municipais -----

----- As freguesias do centro histórico de Lisboa, nomeadamente Santa Maria Maior, têm sido alvo ao longo dos últimos anos de uma perda significativa de moradores, resultante da pressão e especulação imobiliária associada ao turismo e ao mercado residencial de luxo. A grave carência de habitação a custos aceitáveis para a maioria da população, cabe ao município e ao estado central desenvolverem políticas que contrariem tal situação. -----

----- A CML é proprietária de um conjunto significativo de fogos na freguesia de Santa Maria Maior. Muitos destes imóveis encontram-se degradados, devolutos e emparedados. A Junta de Freguesia tem conhecimento do número de fogos municipais que se encontram devolutos (sem atribuição) na freguesia? E qual a razão para tal? Quais os esforços que a Junta de Freguesia, tem desenvolvido junto da CML para que a situação seja revertida? -----

----- A Praça do Martin Moniz, sendo um local por onde passam milhares de pessoas nos seus percursos diários, utilizada por diversas comunidades do bairro da Mouraria, espaço de encontro, convívio, desporto e até religiosa. A Praça encontra-se em avançado estado de degradação, com falta de limpeza e manutenção dos pavimentos e do arvoredo. -----

----- Se a mobilização das populações impediu a sua entrega a interesses privados e abriu as portas a uma discussão séria sobre o seu futuro projecto de requalificação, a concretização dessa requalificação, segundo as notícias que têm vindo a público, permanece longínqua. -----

----- A CDU defende a concretização de um projeto de requalificação de interesse público. -----

----- Perguntamos se a Praça do Martin Moniz se encontra no âmbito de competências da JF e se está, porque não existe intervenção no local? -----

----- Se é da competência da CML, o que tem sido feito, de forma a que o local ofereça as condições mínimas para usufruto da população? -----

----- Limpeza Urbana -----

----- A cidade de Lisboa vive hoje uma situação caótica ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas, que põe em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive, trabalha ou visita Lisboa. -----

----- Perdeu-se escala e capacidade para dar uma resposta célere e integrada ao nível da limpeza urbana, constatando-se um profundo retrocesso na resposta aos interesses da população e dos trabalhadores. Tal situação agrava-se em períodos de maior produção de resíduos sólidos e resulta de um investimento claramente insuficiente na frota da higiene urbana e de deficiências na organização dos circuitos de recolha e na formação dos trabalhadores. O aumento de lixo espalhado nas ruas de Santa Maria Maior atingiu tais proporções (agravadas por uma deficiente limpeza dos contentores), que nalguns pontos dos Bairros a população se confronta com a proliferação de ratos, baratas e cheiros nauseabundos, no que se configura já como um problema de saúde pública. Gostaríamos de ser informados: Se as equipas de limpeza existentes cobrem a totalidade

da freguesia? Que medidas estão a ser planeadas na freguesia para dar resposta à actual situação?-----

----- Qual o trabalho que tem sido desenvolvido em conjunto com a CML para a resolução ou redução dos problemas do lixo na Freguesia? Se foi divulgado junto dos fregueses informação sobre a obrigatoriedade do depósito de lixo nos respectivos contentores, assim como as consequências legais do seu incumprimento. Se está prevista a realização de Campanhas de Sensibilização destinadas a moradores, comerciantes, proprietários de edifícios de uso turístico e visitantes da freguesia, para um correcto acondicionamento e depósito do lixo? Para quando?-----

----- Senhor Presidente, entregamos na Mesa quatro requerimentos sobre os problemas que aqui levantamos esperando desta vez termos respostas ao abrigo da Lei.”-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que a sua intervenção era apenas no sentido de relativamente à informação escrita saudar o acordo estabelecido entre a Junta e a Câmara de Lisboa para a colocação de bancos de descanso na Baixa, partindo ao encontro de uma proposta apresentada já no início do anterior mandato. Essa proposta contemplava também a possibilidade de, para além dos bancos de repouso, se equacionar a colocação de bebedouros na Baixa. -----

----- Reforçava esse pedido para que junto da Câmara a Junta também conseguisse chegar a acordo a esse respeito. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que a higiene urbana tinha sido um assunto bastante penoso, até porque já tinha sido amplamente explicado pelo Presidente da Câmara que não só reuniu com a higiene urbana logo desde início, que deu um milhão para reforço de subsídios porque eram profissões perigosas e de risco. Se calhar até tinha seguido alguma resolução anterior, não sabia, mas assumiu esse compromisso e fê-lo. -----

----- Tinha sido penoso porque mais de 30% dos trabalhadores que pertenciam ao sindicato... não por acaso o Presidente do Sindicato até foi Vereador do PCP, isso se calhar não tinha nada a ver mas de facto tinha sido penoso e muito difícil. Havia responsabilidades graves e partilhadas. -----

----- Não estava a desresponsabilizar as competências das pessoas, tinha-se feito um esforço enorme e agora entraram quase mais duzentas pessoas novas para a higiene urbana. Iriam ver se ajudava. -----

----- Entretanto o mais difícil de gerir era a zona cinzenta, que parecia estar resolvido com a delegação de competências, sobre quem limpava a zona à volta dos caixotes e os escorrimentos. A Câmara ia, despejava os caixotes e ficava aquilo tudo sujo à volta, depois havia a falta de civismo e punham ali coisas à volta. -----

----- A questão era se havia varredura ou lavagens que fossem da competência da Junta mas parecia estar esclarecido e esperava que doravante houvesse mais qualidade até na formação, no empenho e na motivação dos trabalhadores da higiene urbana, tanto da Câmara como da Junta. -----

----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que tendo sido suscitada a questão da higiene urbana e todos entendiam a dificuldade e o esforço que a Câmara Municipal de Lisboa estava a fazer no sentido de solucionar algumas das questões, gostava de deixar bem expresso em ata o reconhecimento e apreço pelo excelente trabalho que os trabalhadores da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior realizavam todos os dias. Podia-se constatar esse empenho e essa capacidade. -----

----- Sempre que havia descentralização de competências com dotação financeira, estava de acordo e a apoiar. Não antecipando as questões que viessem a ser colocadas e abordadas, a resposta iria passar muito pelo reforço do papel das Juntas de Freguesia,

nomeadamente aquelas que tinham maior pressão nesse âmbito da higiene urbana, passava de facto pelo reforço. -----

----- Havia uma coisa que sabiam e constatavam em Santa Maria Maior, tudo o que dependia da Junta de Freguesia as coisas iam-se resolvendo e estavam a caminhar. -----

----- Seria por aí que podiam obviar o problema.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** começou por dizer à Membro do PSD que o Presidente do Sindicato nunca foi Vereador do PCP na Câmara. Era para esclarecer isso, mas mesmo que fosse não tinha nada a ver uma coisa com a outra, mas não foi.-----

----- Em segundo lugar, ainda iriam pensar que haver lixo na cidade era culpa dos trabalhadores, quando os trabalhadores da higiene urbana da Câmara e da Freguesia eram uns heróis e que não podiam fazer mais do que faziam.-----

----- O requerimento não estava a dizer mal dos trabalhadores, estava a perguntar algumas coisas.-----

----- Qualquer Freguesia era o caminho mais direto para a Câmara, porque a Freguesia representava os moradores. Eram eleitos da Freguesia de Santa Maria Maior e como tal tinham a obrigação. Se andavam na rua e as pessoas falavam... aliás, via as baratas e os ratos, por aí fora, era natural que tivesse que pôr a questão, mas a culpa não era dos trabalhadores, a culpa era da organização que estava feita.-----

----- A Câmara tinha que trabalhar com as Juntas e vice-versa para resolver esse problema, criando mais meios, chamando mais trabalhadores, dando formação aos trabalhadores. Os trabalhadores da higiene urbana, fosse qual fosse a Freguesia, eram uns heróis e respeitava-os do fundo do coração.-----

----- Irem para ali dizer que a culpa era dos trabalhadores? Os trabalhadores tinham o direito de lutar pelos seus direitos, por aumento de salários, por essas coisas. Não fossem dizer que os trabalhadores da higiene urbana eram os responsáveis por estar tudo mal, porque não eram e seria bom que isso ficasse claro.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que de acordo com o Regimento anterior, visto que o novo ainda não estava em votação, não estava aprovado, o Senhor Presidente da Junta tinha cinco minutos para responder ao conjunto das questões. Uma vez que a CDU entregou quatro requerimentos, não sabia de o Senhor Presidente da Junta queria prescindir das respostas à Membro Maria de Lurdes Pinheiro, porque percebera no seu olhar que no mínimo para cada ponto precisava de dez minutos e isso era manifestamente superior ao tempo disponível.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria agradecer o facto da eleita pela CDU, Membro Maria de Lurdes Pinheiro, o ter elevado a Presidente da Câmara. O conjunto de requerimentos que apresentou ali eram sobre assuntos de estrita competência da Câmara Municipal de Lisboa e não da Junta de Freguesia. -----

----- Quase que era tentado a remeter esses requerimentos para o Senhor Presidente e para ele mandar a resposta à Senhora eleita da CDU. -----

----- Sobre mobilidade, ainda ninguém falava das trotinetes e já falava das trotinetes. Tinha apresentado um regulamento para autorizar a Junta a retirar trotinetas da rua e essa força política votou contra. A Junta continuou a retirar, já não tinham era mais espaço onde as pôr. Aquilo que faziam nem podia dizer, mas retiravam. -----

----- Havia aí um problema económico e também de filosofia política. A proposta que tinha feito ao Presidente da Câmara era para não multar as pessoas, multar as empresas, trotineta que não fosse retirada do espaço público em quinze minutos essa empresa devia ser multada e com uma multa não inferior a dois mil euros, até à proibição da licença de operar na Cidade de Lisboa. Criava mais postos de trabalho, obrigava-os permanentemente a andar na rua a retirar.-----

----- Com o regulamento que tinham e que a Membro da CDU votou contra fez-se muito e andavam a retirar trotinetas mas já não tinham onde pôr mais. -----

----- Para responder ao requerimento iria pedir ao Senhor Presidente da Câmara que elucidasse de como responder e o mesmo se passava em relação aos fogos municipais. -----

----- Estava a ouvir a recomendação, que a sua força política votou a favor, acerca das residências universitárias. Achava muito bem mas em primeiro lugar estavam as pessoas da Freguesia que não tinham casa e precisavam de ter casa. Como Presidente de Junta, entre criar ali residências universitárias para estudantes e pôr ali pessoas que foram obrigadas a sair preferia pôr ali pessoas que foram obrigadas a sair e era por isso que no seu programa eleitoral havia o programa "Regressa ao Bairro". -----

----- Aliás, a única proposta da Câmara que o seu partido votou contra e que achava mal foi aquela em que no pelouro da habitação o Senhor Presidente da Câmara propunha que se desse prioridade aos fogos municipais às pessoas de Lisboa. Achava que tinha sido um erro político toda a esquerda votar contra aquilo, a começar pelo seu próprio partido. -----

----- Um autarca de vez em quando tinha que estar contra o seu partido e não conhecia que alguma vez outros estivessem estado contra os seus próprios partidos. Sempre que foi necessário em defesa dos cidadãos da Freguesia de Santa Maria Maior criticara o seu partido. Não era estar contra, até era defendê-lo em certa medida, até honrá-lo. -----

----- Seria uma grande ousadia dizerem que eram responsáveis pelos fogos municipais. Claro que estavam em ruínas, a precisarem de obras. Também era um requerimento para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Martim Moniz era responsabilidade da Câmara. Era da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa a higiene, manutenção, tudo. Com isso respondia, era mesmo responsabilidade da Câmara. -----

----- Em relação à limpeza, aí partilhava da veemência da Senhora Membro do PCP, a culpa não era dos trabalhadores, nem os da Câmara nem os da Junta, mas se um dia a Junta de Freguesia não ia trabalhar na higiene urbana durante três dias toda a gente estava afogada em lixo até ao nariz -----

----- A Junta fazia o seu trabalho e o da Câmara. Não percebia a razão porque a Câmara não podia recolher durante o dia. Não percebia porque razão a Câmara quando fazia a recolha à noite, quando caía lixo do contentor para o chão, as pessoas que estavam a recolher o lixo não apanhavam e voltando a pôr de novo dentro dos contentores. Isso era da organização, não percebia. -----

----- Era um problema global, havia muito mais lixo. A cidade depois da pandemia estava numa eferescência em que parecia que toda a atividade económica queria recuperar o tempo perdido. Havia de facto muito mais lixo e não era possível ter um varredor, um carro de recolha de lixo, nem nada em cada rua, isso era impossível. Nem do ponto de vista orçamental nem porventura do ponto de vista de organização. -----

----- Também havia que mobilizar os cidadãos para cumprirem as regras e iriam fazer uma campanha. -----

----- Tomava nota dos bebedouros. A Câmara já tinha colocado alguns, aliás sem a Junta pedir. -----

----- Disse que depois de acordarem com a Câmara onde iam ficar os bancos tinha-se oferecido para a Junta colocar. Disseram-lhe que não, que faziam, iria demorar muito mais tempo. Se fosse a Junta já lá estavam. Aí não podia fazer nada, era mesmo uma intervenção urbanística e não podia fazer mais nada. -----

----- Agradecia ao Membro Jorge Garcia o elogio que fez aos trabalhadores da Junta de Freguesia. Era como tinha dito, se parassem, se porventura a Freguesia de Santa Maria Maior fizesse uma greve ao trabalho para mostrar à Câmara que eram essenciais, porque

de facto a Câmara andou a empatar durante oito meses em relação às Freguesias para o lixo. Agora corrigiu e o Senhor Presidente Moedas percebeu, foi aliás o primeiro a perceber que não podia fazer isso contra as Juntas de Freguesia. Ouviu a sua equipa e os seus conselheiros, andou ali a refletir e todos pagaram por isso. -----

----- Se a Junta parasse de fazer o seu trabalho e o trabalho da Câmara... a Junta recolhia lixo desde 2013, logo ao ser eleito tinha dado essa ordem. Compraram-se uns carros em segunda mão, recolher lixo e entregar à Câmara. Houve momentos em que a Câmara não aceitava esse lixo, teve que dizer que ia lá despejar à porta e então lá começaram a aceitar. Isso fazia-se com uma volta de manhã mas fazer sistematicamente, como estavam a fazer, só com o protocolo e a delegação de competências. -----

----- Havia de facto lixo e tinham um problema grave que tinha de ser resolvido, que era o lixo provocado pela pequena restauração, porque a maior parte dos pequenos restaurantes não tinham espaço onde acumular o lixo que faziam durante o dia e então colocavam na rua às duas da tarde, a qualquer hora. Como a Câmara só recolhia à noite, se não fosse a Junta apanhar... mesmo assim apareceria outro a dizer que não estava perfeito. -----

----- Na Rua dos Remédios, no cantinho que dava para o Beco do Penabuquel, quantas vezes passava ali e estava cheio de lixo, mas tinham passado passaram meia hora antes e voltaram a pôr lixo. -----

----- Não era um problema só de Alfama, também era um problema do Chiado. Também já se multaram grandes chefes da moda, porque esses era mais fácil de multar. Não era essa a questão, o problema era a produção de lixo e tinha que se fazer alguma coisa com ele e a Junta andava a apanhar, mas era tanto lixo que nunca iria ser perfeito. -----

----- Em muitos aspetos podia melhorar, mas se não fosse o esforço extraordinário das pessoas que trabalhavam para a Junta de Freguesia, trabalhadores desde a base até aos seus comandantes, claro que estaria um caos. -----

----- Havia agora uma dificuldade, teriam que diminuir o ritmo das lavagens. Estava-se numa seca profunda e era preciso otimizar os recursos. Havia uma máquina de pressão que poupava água e era muito eficaz no sítio que estava a fazer mas menos abrangente em relação ao espaço público. Fazia-se aquilo que se podia e bem feito. -----

----- O seu telemóvel estava carregado de fotografias que recebia de Paris, de Londres, de Nova Iorque, de Milão, de Roma, também de lixo na rua. Não pensassem que era um problema português, se calhar era um problema internacional que estava a acontecer. Quando viajava ia sempre ver como era nas outras cidades e nalgumas coisas em Lisboa estavam melhores que eles. -----

----- Estava-se a trabalhar para melhorar uma rede de compostagem de lixo doméstico, mas não havia uma varinha mágica para resolver isso, apenas havia trabalho e persistência. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que havia o pedido, apesar de não estar assinada a convocatória, para uma Assembleia de Freguesia extraordinária para o dia 17 de outubro. A convocatória seria enviada, não na próxima semana mas na outra a seguir. -----

----- Concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO

2º.SECRETÁRIO

O PRESIDENTE

